

POPULAÇÃO RESIDENTE - ESTUDO DE ESTIMATIVAS POPULACIONAIS PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, DESAGREGADAS POR SEXO E IDADE, 2000-2021.

Notas Técnicas

Origem dos dados

São apresentadas estimativas anuais de população residente para os municípios brasileiros, desagregadas por sexo e idade, para os anos de 2000 a 2021. Tais estimativas foram compatibilizadas com a Projeção Populacional edição 2018 do IBGE e divisão político administrativa municipal vigente em cada ano da série.

As análises foram realizadas pelo consultor Eduardo Santiago Rosseti, referente ao Produto nº 2 do Contrato OPAS CON21-00021139, com financiamento do Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é parceiro do Ministério da Saúde nesse projeto, na medida em que disponibiliza os mapas e as alterações de população entre municípios, resultantes das alterações de limites territoriais. No entanto, é importante ressaltar que não se tratam de estimativas oficiais produzidas pelo IBGE.

Esse trabalho segue a metodologia aplicada na Projeção Populacional, para a tendência de crescimento dos grupos etários. A grande vantagem do método utilizado, descrito na próxima seção, é totalizar as populações municipais em consonância com aquelas já publicadas pelo IBGE.

Sabe-se, no entanto, que há restrições para o uso dos resultados pois se baseiam nos últimos Censos Demográficos, já defasados no tempo, e ainda desagregados por idade e sexo. Neste sentido, é provável que os resultados se distanciem dos dados observados que serão coletados no Censo Demográfico 2022.

Metodologia

A metodologia aplicada incorpora três premissas básicas:

- 1) Convergência com estatísticas oficiais de população (anos de 2018 a 2021);
- 2) Compatibilização territorial (período de 2000 a 2021); e
- 3) Compatibilização metodológica.

A primeira se refere à **convergência dos resultados** obtidos para estrutura populacional de sexo e idade em nível municipal **com os dados oficiais de população** divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste trabalho, são empregadas especificamente as estimativas de população de totais municipais e as projeções populacionais por sexo e idade das Unidades da

Federação, que se referem às Projeções da População, Brasil e Unidades da Federação, Revisão 2018.

A segunda premissa se refere à **compatibilização territorial**. Muitos trabalhos de elaboração de estimativas populacionais não incorporam em seus procedimentos metodológicos as alterações territoriais oriundas da divisão política administrativa dos municípios ao longo do tempo. Com isso, alterações de território entre municípios e a criação de novos municípios foram consideradas neste trabalho, por meio de um esforço conjunto entre o Ministério da Saúde e o IBGE para obter informações que possibilitassem tal inclusão.

O **terceiro item** se refere à **compatibilidade metodológica**, ou seja, pretende-se que as estimativas geradas neste trabalho sejam estatisticamente compatíveis ao longo do tempo. Como exemplo, podemos citar as mudanças de base de aplicação da metodologia para as estimativas de totais de população municipal divulgadas pelo IBGE, que geram descontinuidades na série temporal. Este tipo de problema é corrigido através da compatibilização metodológica¹ proposta neste terceiro item. Assim, espera-se que o pesquisador ou usuário das estimativas geradas aqui tenha comparabilidade e compatibilidade temporal nos dados disponibilizados.

A **Figura 1** apresenta o processo metodológico mais detalhadamente. Em resumo, definidos o ano base para a Divisão Político-Administrativa Brasileira (DPA) desejada, é feita compatibilização territorial das populações dos municípios, especialmente para os anos base de 2000 e 2010. Dadas as populações compatibilizadas para cada município são estimados os totais populacionais dos municípios e posteriormente a estrutura etária dos mesmos para o período compreendido entre 2000 e 2022.



Fonte: Elaboração, Eduardo Rosseti

¹ Esta etapa consiste em aplicar a mesma metodologia de cálculo dos totais de população municipal, método AiBi, em todo o período de tempo, entre 2000 e 2021.

Observa-se que as pequenas diferenças entre os totais das estimativas publicadas pelo IBGE e os obtidos a partir das estimativas, são decorrentes de arredondamentos para valores inteiros.

As estimativas para o ano de 2020 não possuem compatibilização geográfica com aquelas publicadas pelo IBGE.

Descrição das variáveis disponíveis para tabulação

Estão disponibilizadas as seguintes informações das estimativas municipais:

- **População residente** (População residente estimada em 1º de julho do ano de referência).
- **Sexo**
 - Masculino ou feminino.
- **Idade e Faixa Etária**

Os dados podem ser consultados de acordo com as seguintes faixas etárias:

- **Idade simples**
 - 0 a 79 anos, ano a ano
 - 80 anos e mais
- **Faixa Etária 1**
 - 0 a 4 anos
 - 5 a 9 anos
 - 10 a 14 anos
 - 15 a 19 anos
 - 20 a 80 anos, de 10 em 10 anos
 - 80 anos e mais
- **Faixa etária 2**
 - 0 a 80 anos, de 5 em 5 anos
 - 80 anos e mais
- **Ano**
 - Ano de referência da estimativa populacional, de 2000 a 2022.

Limitações

Os resultados aqui divulgados são estimativas e, com isso, estão sujeitos a erros e não são suficientes para substituir resultados obtidos através de contagens populacionais e censos demográficos. O intuito é fornecer indicativos para a evolução populacional, por sexo e idade e especialmente para os anos posteriores à 2010 e, assim, fornecer aos usuários resultados que auxiliem em pesquisas, elaboração de indicadores e no processo de tomada de decisão, tanto para a esfera pública quanto privada.

Dado que o método aplicado replica tendências populacionais observadas no passado, deve-se ter atenção especial para os municípios de pequeno porte, pois estes são mais impactados por variações nos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração.

Por fim, por se tratar de estimativas para um grande conjunto extremamente heterogêneo de municípios, o processo de avaliação dos resultados pode conter falhas. Assim, espera-se que os usuários contribuam no processo de validação dessas estimativas, contribuindo para gerar insumos para avaliação e aprimoramento metodológico, com conseqüente aumento na qualidade dos resultados.

Formas de contato com a MS/SVS/DASNT/CGIAE:

Ministério da Saúde - MS

Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS

Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis - DASNT

Coordenação Geral de Informações e Análise Epidemiológica – CGIAE

SRTVN 701, Via W5 Norte, Ed. PO700, 6º andar CEP: 70719-040 Brasília-DF

Por telefone: (061)3315-7708/7710/7712

Por e-mail: cgiae@saude.gov.br